

INSTITUTO NACIONAL DA MATA ATLÂNTICA – INMA

MINISTÉRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES –
MCTIC

A MUSEALIZAÇÃO DA CASA AUGUSTO RUSCHI

Documento-base para elaboração do projeto
executivo arquitetônico e museológico da *Casa
Augusto Ruschi*

MAIO/2020

1 – Consultor Responsável:

Dr. Marcio Ferreira Rangel (MAST / MCTIC)

2 – Título do Projeto

A Musealização da Casa Augusto Ruschi

3 – Introdução:

Os primeiros museus-casas traduziam de forma mais denotativa a definição oficial proposta pelo DEMHIST¹ na qual insistiam substancialmente na relação única e imprescindível entre o invólucro (o edifício, o ambiente natural e antropizado que o circunda) e o conteúdo (a coleção de arte, os móveis e as decorações criadas especificamente para o lugar, os quais legam, então, àquele invólucro um projeto comum) (PAVONI, 2011).

Até meados da década de 20, do século passado, o número de museus existente no Brasil ainda era bastante tímido, menos de 25, segundo o Cadastro Nacional de Museus/IBRAM. Figurava neste contexto, apenas um representante da categoria museu-casa, o Museu Mariano Procópio que, entretanto, tratava-se de uma instituição privada, tendo sido criado por iniciativa da família. Diferentemente da França que elegeu a Casa de Victor Hugo entre os monumentos a serem preservados, ou da Alemanha com a Casa de Goethe, ou ainda dos Estados Unidos que já havia musealizado a Casa de George Washington, além de várias outras centenas de casas.

De acordo com Aparecida Rangel (2015), a musealização da Casa, enquanto um lugar histórico, dotado de referências arquitetônicas; modo de construção; materiais típicos de uma dada região; palco de um acontecimento considerado significativo para uma sociedade, em suma, um objeto em si, é uma prática no universo museológico. No Brasil e no resto do mundo construções históricas são aproveitadas para a instalação de museus, com temáticas bastante variadas. Entretanto, o modelo conceitual de museu que

¹ DEMHIST - Comité International de Demeures Historique-Musées – é o Comitê de Casas Históricas do Conselho Internacional de Museus, criado em 1998, durante a Conferência Geral do ICOM, realizada em Melbourne, na Austrália, com o objetivo de valorizar e refletir sobre o modelo-conceitual museu-casa.

elegemos como objeto de estudo, possui características singulares, na medida em que a casa musealizada guarda uma relação direta com o personagem que a habitava e ambas são partes constituintes do acervo a ser trabalhado. Os processos constitutivos dos museus, ainda, estão permeados por elementos não revelados que ao serem interpretados podem nos apontar a dinâmica da vida social destes espaços. A transformação de uma coleção, uma residência, um tema ou uma experiência em museu, refletem a importância que a sociedade contemporânea dá a memória de determinados personagens.

A autenticidade é uma questão cara aos museus-casas, a crença de que os objetos expostos nos ambientes pertenceram e foram utilizados pelos habitantes da residência, parece exercer um fascínio, de ordem sobrenatural, no público. As recorrentes perguntas: isto é autêntico? Ele dormia nesta cama? Vocês modificaram os ambientes? São elementos que não podem ser desconsiderados quando analisamos o objeto museu-casa. A experiência relacional parece se completar a partir destes dados, ainda que o personagem não esteja fisicamente no ambiente, sua presença se concretiza por meio dos seus objetos.

Quando uma casa é musealizada, e, tendo esta sido habitada por um morador ilustre, em geral, pretende-se que o seu patrono seja o viés das relações sociais e interpretativas que serão estabelecidas. Contudo a dimensão da casa, muitas vezes, se sobrepõe ao biográfico. A casa, disse Freyre, “é museu quando esta ultrapassa os tempos, é o lugar da memória porque nela o homem brasileiro encontra as suas origens e é patrimônio porque nela reside a voz de um passado por ela testemunhado (RIBEIRO, 2008, p. 65)”. Este modelo conceitual representa, de alguma forma, um cenário complexo, na medida em que aglutina dois espaços diferentes e simbolicamente impregnados pelo imaginário popular. Estes conceitos são familiares, possuem uma representação facilmente identificável.

A casa, definida por Pina Cabral (2003) como uma entidade social, é o lugar da família, da construção de um grupo, da formação dos valores que serão compartilhados pelos seus membros. Em casa se aprende as primeiras lições da vida e, assim, como o museu, é um lugar de memória e identidade. Casa é aconchego, lar, local de origem, está associada à família, aqueles que nos querem bem, mas nem por isso anulamos os conflitos; em casa não somos anônimos, pertencemos a um grupo que nos reconhece, temos importância e destaque.

Embora o museu ainda seja para um número considerável de pessoas o lugar onde são depositadas as coisas velhas, os objetos obsoletos, sua imagem nos remete a

conhecimento, autenticidade, memória e valor. Os objetos que se encontram em um museu são exemplares referenciais em suas categorias e, o mesmo ocorre com os personagens eleitos para serem musealizados, em nosso caso, Augusto Ruschi.

4 – Justificativa:

De acordo com Alyne Gonçalves (2018), no século XX, Augusto Ruschi participou ativamente do processo de institucionalização das ciências naturais no Brasil. A partir do final dos anos 1930 e durante as três décadas seguintes, realizou inúmeras excursões científicas por todo o território nacional – com especial dedicação às matas espírito-santenses – catalogando e coletando espécies da fauna e da flora, material etnográfico sobre povos indígenas, bem como mapeando rios, diferentes tipos de solos e outros recursos naturais dos “sertões” incógnitos do Espírito Santo e alhures. Paralelamente, foi construindo, a partir do Museu Nacional do Rio de Janeiro, uma rede de intercâmbio com cientistas, instituições de pesquisa e personalidades do mundo político nacional e internacional que lhe rendeu tanto capital científico, quanto prestígio social.

Como consequência de suas intensas atividades de campo, estreitou relações de intercâmbio com instituições nacionais e internacionais de referência em pesquisa e divulgação científica, a partir da remessa de peles, exsiccatas e outros materiais biológicos, a exemplo do Jardim Zoológico do Rio de Janeiro, do Instituto Botânico de São Paulo, do Instituto Oswaldo Cruz, do *American Museum of Natural History* (EUA), *National Geographic Society*, *Société Royal d' Anvers* (Bélgica), *Smithsonian Institution* (EUA), Universidade de Hamburg (Alemanha), entre outros.

Augusto Ruschi (1915-1986) foi um cientista que ficou mundialmente conhecido por suas pesquisas com beija-flores, tanto quanto por sua militância sistemática em favor do meio ambiente, com especial destaque para a conservação da Floresta Atlântica, fato que lhe valeu o título de *Patrono da Ecologia do Brasil*, concedido pela Câmara Federal, em 1994. Entretanto, foi com o desenvolvimento de técnicas de captura, transporte e reprodução de beija-flores² em cativeiro que Ruschi ficou internacionalmente conhecido,

² O desenvolvimento de conhecimentos e técnicas envolvidos nessa façanha rendeu a Ruschi a publicidade de grandes reportagens em revistas como *National Geographic* (1963) e *Digest Reader's* (1965), com expressivo impacto não só entre seus pares como entre leigos de diversas partes do mundo, os quais lhe solicitavam esclarecimentos sobre os mais diferentes aspectos da vida dos beija-flores e, não raro, sua

sendo seu pioneirismo amplamente citado em jornais e revistas da época. Além destes aspectos científicos, ao propormos a musealização da Casa Augusto Ruschi, também pretendemos apresentar a dimensão da vida pessoal deste cientista.

No Brasil existem aproximadamente 3.800 museus distribuídos em todo o território nacional. Ao examinarmos esta distribuição, verificamos que a região com maior números de instituições museológicas é a Região Sudeste, seguida em ordem decrescente pelas Regiões Sul, Nordeste, Centro – Oeste e Norte.

Para esta proposta recortamos como objeto de análise os museus-casas. No levantamento realizado identificamos 321 instituições museológicas desta natureza. A região sudeste também é predominante neste recorte, possui 151 museus assim distribuídos: São Paulo – 68, Rio de Janeiro – 57, Minas Gerais – 20 e Espírito Santo – 6. Destes somente um está relacionado a um cientista, Museu Casa Vital Brazil na Cidade de Campanha, Minas Gerais. Identificamos os seguintes museus- casas no Espírito Santo:

1. Casa de Pedra – Casa de Arquitetura destacada vernacular (Bauneario de Jacareípe – Instituição particular): a residência e ateliê do artista plástico capixaba Neusso Ribeiro é conhecida na região como Casa de Pedra. Foi construída ao longo de 18 anos e sua estrutura se destaca pela combinação de rochas, em sua maioria recolhidas de recifes e morros próximos, e de madeira morta coletada na mata da região, além de cacos de vidro e cerâmica incorporados de modo espontâneo.
2. Casa de Cultura Roberto Carlos – Casa de Personalidade (Cachoeira de Itapemirim – Instituição pública municipal): a construção é simples, assobradada com porão que segue a inclinação do terreno, padrão da maioria das casas da localidade. Nela nasceu e viveu, até os 13 anos, o cantor e compositor Roberto Carlos Braga, ícone da música brasileira. Adquirida pela prefeitura, foi transformada em Patrimônio Histórico Cultural do Município e, após restauração, aberta à visitação pública em 2000. O objetivo da instituição é preservar a história do músico por meio de sua discografia, documentos, fotos, mobiliário e objetos pessoais.

expertise para a construção de viveiros de colibris em propriedades particulares, praças e outros locais públicos: entre as décadas de 1950 e 1980, centenas de “trochilidários” foram instalados, diretamente por ou com a assessoria remota de Ruschi, em diversas partes do país e do mundo, a exemplo dos viveiros instalados na Câmara dos Deputados (Brasília, 1961), no Parque Anhembi (São Paulo, início dos anos 1970), no Parque Nacional del Este (Caracas, Venezuela, 1959), no Zoo de Washington (EUA, 1960), no Zoo de San Diego (EUA, 1962) e no Zoo de Philadelphia (EUA, 1967). Sobre este tema ver Gonçalves 2018.

3. Casa dos Braga – Casa de Personalidade (Cachoeira do Itapemirim – Instituição pública municipal): construção centenária de estilo português abrigou família Braga por muitos anos. Nesse local viveu o primeiro prefeito da cidade, Francisco Carvalho Braga, pai do jornalista e cronista Rubem Braga e do também jornalista, advogado e poeta Newton Braga. Tombada pelo patrimônio municipal em 1985, com a intenção de preservar o trabalho literário dos irmãos Braga, abriga a Biblioteca Pública Municipal Major Walter dos Santos e um museu com produção dos livros e manuscritos deles, além de objetos pessoais e um acervo de pinturas, desenhos e fotografias. Nos fundos, fica a Praça da Poesia, espaço da leitura.
4. Museu Homero Massena – Casa de Personalidade (Vila Velha – Instituição pública municipal): edificação de arquitetura típica praiana foi residência do político e pintor Homero Massena e sua esposa Edy, de 1951 a 1974. Com ambientação original da época em que o artista viveu, a expografia destaca o material de pintura e uma obra inacabada, além de objetos pessoais. Tombada pelo Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo em 1983, foi aberta ao público em 1986 com o objetivo de preservar a memória de seu patrono.
5. Museu Solar Monjardim – Casa rural e de personalidade (Vitória – Instituição pública federal): erguida para ser a sede da Fazenda Jucutuquara, é uma das mais antigas construções rurais do período colonial capixaba. Passou por vários proprietários até o início do século XIX, quando foi adquirido pelo capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo e deste passou para seu genro Alfeu Adolfo Monjardim de Andrade e Almeida, o Barão de Monjardim, cuja família o manteve por mais de 150 anos. Ambientado como uma residência abastada do século XIX, revive a história e os costumes do período colonial do Estado. Tombado como patrimônio nacional em 1940. Desde janeiro de 2009 integra o quadro do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM - autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, criada com foco exclusivo na gestão do setor museológico brasileiro.
6. Palácio Anchieta – Casa de Poder (Vitória – Instituição pública estadual): construído no século XVI para abrigar o Colégio de São Thiago e a sede administrativa das missões jesuítas no Espírito Santo, é uma das mais antigas sedes de governo do Brasil. Em meados do século XVIII, com a expulsão dos jesuítas, foi incorporado aos bens estaduais e, em 1798, passou a ser sede do governo, além de abrigar o Hospital Militar e a Fazenda. Ao longo de mais de quatro séculos, o conjunto arquitetônico passou por várias modificações, testemunhando importantes

acontecimentos do Espírito Santo. Restaurado em 2009, abriga a sede do Poder Executivo do Estado e está aberto à visitação pública.

Cada uma dessas tipologias (Casa de Arquitetura destacada vernacular, Casa de Personalidade, Casa rural e Casa de Poder) carrega, na verdade, narrativas diversas que dependem do que se deseja acentuar: dependendo da escolha de insistir no indivíduo que residia na casa ou da escolha de apontar para uma dimensão suprapessoal a fim de abrir uma janela para um tema social ou cultural de um determinado período histórico, ou da escolha de refletir sobre uma categoria profissional, ou da escolha de valorizar uma qualidade e/ou identidade local ou nacional específica.

Ao propormos a musealização da Casa Augusto Ruschi³, não estamos apenas dirigindo nosso interesse às coleções⁴ que serão expostas, mas também ao parque zoológico, a Cidade de Santa Tereza, ao edifício e seus habitantes, articulados para compreensão das relações humanas com os espaços vividos e seus acervos culturais, naturais e científicos. Desejamos ainda destacar o patrimônio imaterial que está conservado e contado na casa (a vida que lá se passou, as pessoas que a frequentavam, a aura de quem lá residia). Portanto, nesta interpretação o valor de autenticidade move-se dos aspectos físicos do lugar (a casa, seus objetos, seu projeto) para a experiência dos visitantes no museu-casa; para ser autêntico, não são autênticos apenas os objetos, mas também os aspectos intangíveis da visita: andar pelo jardim e observar a Mata Atlântica, ver os beija-flores, sentir o clima da região e passear pela cidade de Santa Tereza, são experiências que contribuem para a interpretação de Augusto Ruschi e sua Casa.

³ Identificamos a Casa Augusto Ruschi nas seguintes classificações: Casa de Personalidade (Abrangem casas de escritores, artistas, músicos, políticos, heróis militares, empresários, de pessoas famosas internacionalmente ou que personifiquem valores locais e qualidades de comunidade a que pertencem) e Casas de Arquitetura Destacada Vernacular (Apresentam método construtivo modesto e que refletem modos de fazer do passado). Ver Carvalho 2013.

⁴ Os documentos textuais e iconográficos: mais de 10 mil páginas de correspondências, ofícios, palestras, discursos, estudos, mapas, recortes de jornais e revistas, cerca de 3.400 fotografias, 02 caixas de slides e negativos, 04 filmes 35 mm, 01 filme Super 8 e 04 filmes 16 mm. O acervo museológico: 06 chapéus, 01 paletó, 01 macacão de trabalho do Museu Nacional do Rio de Janeiro, 02 pastas de couro, 01 bolsa com alça, 01 máquina de escrever, 01 abajur; armários, mesas e cadeiras de madeira de lei (peroba e jacarandá); instrumentos científicos como binóculos para observação de pássaros, gravador com microfone, microscópio binocular, balança de precisão, entre outros. Destacamos ainda a biblioteca que pode ser compreendida como indicio de seus interesses científicos e pessoais. Através de seus títulos e marginalias, podemos traçar um perfil detalhado do personagem.

5 – Objetivos:

Objetivo Geral

Através da musealização da Casa Augusto Ruschi, preservar e difundir a memória científica nacional do século XX com destaque para a história do Espírito Santo e da Mata Atlântica brasileira.

Objetivos Específicos:

- Divulgar a dimensão científica e pessoal de Augusto Ruschi;
- Organizar e acondicionar o acervo arquivístico, bibliográfico e museológico;
- Restaurar a sede administrativa do INMA para a instalação da Casa Augusto Ruschi;
- Elaborar Plano Museológico com todos os programas necessários para a implementação da Casa Augusto Ruschi;

6 – Metodologia:

6.1. Projeto de Restauração

A elaboração dos projetos tem por objetivo o planejamento da obra através da especificação dos materiais, serviços e profissionais que serão necessários para a implantação da obra. Os desenhos e procedimentos técnicos produzidos, juntamente com um cronograma físico-financeiro, oferece ao gestor dados mais concretos para a contratação da obra. Ressalta-se que os procedimentos técnicos, de todas as disciplinas envolvidas, devem estar de acordo com as orientações dos órgãos de tutela do edifício preservado, atendendo àquelas de maior restrição, para que o projeto possa ser aprovado. O desenvolvimento do trabalho, de modo geral, desenvolve-se de modo mais produtivo quando os projetistas e a fiscalização trabalham em conjunto desde as primeiras etapas.

6.2. Projeto de Restauração Arquitetônica

O projeto de restauração arquitetônica basicamente é dividido em **três etapas** distintas e complementares entre si: primeiramente deve ser realizado o **levantamento cadastral** do edifício; em seguida, desenvolve-se um estudo sobre o **estado de conservação** para posteriormente, desenvolver o **projeto de restauração**, ou proposta de intervenção.

A primeira fase contempla um conjunto de ações que devem ser tomadas para iniciar o **levantamento cadastral**. As plantas existentes do imóvel devem ser fornecidas, quando existentes, para que todas as informações sejam aferidas no local através de técnicas de levantamento arquitetônico, e quando possível, ou necessário, com apoio local. Importante ressaltar que mesmo que se tenham plantas, cortes e fachadas do edifício, os desenhos técnicos devem ser aferidos, pois algumas medidas ou modificações podem não estar assinaladas e conseqüentemente as informações encontrarem-se desatualizadas.

Esta etapa tem como produto desenhos técnicos atualizados, contemplando plantas, cortes, fachadas e detalhes quantos necessários para melhor entendimento da edificação. Deste modo, todos os elementos construtivos que compõem o edifício, como o sistema estrutural, identificação dos revestimentos internos e externos, tipo de cobertura, esquadrias, ferragens e elementos decorativos serão identificados nos desenhos de arquitetura.

Após a etapa do levantamento cadastral, pode-se iniciar a etapa de mapeamento de danos e diagnóstico do **estado de conservação** do edifício. Esta etapa consiste na identificação das patologias existentes. A identificação é feita através de inspeção visual. A partir da utilização dos desenhos produzidos na etapa anterior, são marcados graficamente nos desenhos os pontos em que ocorrem as patologias. Desta forma, o registro das patologias corresponde àquele período em que o serviço foi realizado, produzindo assim documento a ser disponibilizado futuramente.

Após a conclusão das etapas anteriores que permitiram conhecer e identificar as principais patologias, pode-se desenvolver o **projeto de restauração**, que tem por objetivo conciliar as necessidades de um novo uso com a preservação da edificação histórica. A mínima intervenção, sempre que possível, deve orientar os procedimentos técnicos, de modo que a adaptação para atender a uma nova demanda seja atendida de forma adequada ao edifício. As intervenções necessárias são documentadas nos desenhos técnicos (plantas, cortes e fachadas) juntamente com o caderno de procedimentos técnicos a serem aplicados na etapa da obra.

6.2.1. PROJETOS COMPLEMENTARES

Além do projeto de restauração da arquitetura, o desenvolvimento de projetos de outras disciplinas é de fundamental importância para que as soluções de instalações atendam às normas técnicas. Os responsáveis pelos **projetos complementares** devem realizar levantamento de campo sempre que necessário para atualizar as informações correspondentes. A partir do projeto de restauração da arquitetura, os engenheiros responsáveis pelos projetos devem fornecer os desenhos técnicos (plantas, cortes e detalhes) juntamente com as especificações de materiais.

Entre os profissionais que compõem a **equipe multidisciplinar** pode-se destacar a participação de engenheiros elétrico, hidráulico e estrutural, que são os responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos de detecção e combate a incêndio, sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), climatização, escoamento ideal de águas pluviais, acessibilidade e soluções estruturais. Após a elaboração de todos os projetos (restauração de arquitetura e complementares), deve ser realizada a **compatibilização** entre os mesmos. O desenvolvimento destes projetos contribui para melhor planejamento da obra e levantamento de custos.

6.2.1.1.Instalações elétricas

O projeto deve fornecer desenhos técnicos completos com indicação de cargas, quadro de disjuntores, circuitos e diagramas que atendam às normas técnicas, incluindo especificação de materiais e equipamentos necessários.

6.2.1.2.Instalações hidrossanitárias

O projeto deve fornecer desenhos técnicos completos com indicação de reservatórios de água, dimensionamento e encaminhamento das tubulações, incluindo especificação de materiais e equipamentos necessários. O estudo deve contemplar os ramais de esgotamento, como drenagem de áreas externas e escoamento de águas pluviais (dimensionamento de calhas e descidas de águas pluviais).

6.2.1.3.Paisagismo

O desenvolvimento deste projeto é necessário quando se tratar de área de entorno do bem tombado, seja jardim, espaço de uso controlado ou áreas livres que façam parte da edificação. O projeto deve indicar quais os tipos de revestimentos de pisos, gramados, tipo e espécies de plantas e paginação de piso de modo geral.

6.2.1.4.SPDA

O projeto deve ser desenvolvido para que seja indicado o sistema mais adequado de proteção contra descargas elétricas, com objetivo de oferecer segurança aos usuários, acervos e trabalhadores. O projeto indicará o material a ser adotado, pontos de fixação nas alvenarias e pontos de aterramento com as devidas proteções às pessoas que circulam no entorno do edifício.

6.2.1.5.Detecção e combate a incêndio

O projeto deve atender basicamente a dois objetivos, tanto o de preservação de vidas quanto o de preservação de acervos, quando for o caso. O projeto, em comum acordo aos critérios de conservação, deverá indicar o método mais apropriado para a detecção e combate ao incêndio. Existem ambientes em que deve ser evitada a utilização de água; nestes casos, deve ser avaliada a possibilidade de utilização de gases inibidores e automação do combate junto ao corpo de bombeiros da região.

6.2.1.6.Circuito- CFTV

O projeto tem por objetivo prever a implantação de equipamento de segurança nos ambientes externo e interno da edificação para auxiliar no plano de segurança. As câmeras, equipamentos e demais acessórios devem estar especificados no projeto, assim como os locais de instalação.

6.2.1.7.Telefonia/ dados/ lógica

O desenvolvimento do projeto deve especificar o sistema de comunicação a ser utilizado, especificando materiais e equipamentos necessários. Para tanto, deve estar atento aos condicionantes locais, como disponibilidade de redes móveis e de telefonia.

6.2.1.8.Climatização

O projeto, além de indicar o sistema de refrigeração indicado para o espaço, deve especificar e dimensionar os materiais e equipamentos para atender às necessidades do uso, inclusive do controle de umidade e temperatura.

6.2.1.9.Estrutural

O projeto estrutural tem por objetivo avaliar as estruturas existentes, desde o embasamento, o terreno, até o sistema de cobertura do edifício. Caberá ao engenheiro calculista avaliar o comportamento das estruturas, sinalizar patologias como fissuras, rachaduras e propor as soluções, seja através de reparos ou mesmo substituição de peças. Quando for o caso, o responsável indicará, através de desenhos e procedimentos técnicos, o dimensionamento de novas estruturas.

Importante reforçar que as especificações fornecidas pelos engenheiros nos projetos complementares devem ser compatibilizadas com o projeto de restauração da arquitetura. Do mesmo modo, as soluções técnicas destes projetos precisam ter aprovação dos órgãos de preservação.

6.3 Plano Museológico

É um instrumento de gestão e planejamento institucional. Compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da missão da instituição museológica e para definição, ordenamento e priorização dos objetivos e ações de cada uma de suas áreas de funcionamento. ^[1]_{SEP}O Plano Museológico (Rangel, 2015) é formado por um conjunto de programas que contemplam

todas as necessidades da instituição museológica. Para a implantação da Casa Augusto Ruschi, sugerimos o desenvolvimento dos seguintes programas:

6.3.1. Programa Institucional: trata do desenvolvimento e da gestão política, técnica e administrativa do Casa.

6.3.2. Programa de gestão de pessoas: aquele que apresenta as ações destinadas à valorização, capacitação e bem estar do conjunto de trabalhadores da Casa, independentemente do tipo de contratação, assim como aponta um diagnóstico da situação funcional existente e das necessidades de ampliação do quadro de pessoal, incluindo estagiários e servidores. [1]
[SEP]

6.3.3. Programa de acervos: aquele que organiza o gerenciamento dos diferentes tipos de acervos da instituição, incluindo os de origem arquivística e bibliográfica, podendo ser dividido em diferentes subprogramas, tais como: aquisição, documentação, conservação e restauração.

6.3.4. Programa de exposições: aquele que trata de todos os espaços e processos de exposição do Casa, sejam eles intra ou extramuros, de longa, média ou curta duração.

6.3.5. Programa educativo e cultural: aquele que compreende os projetos e atividades educativo-culturais desenvolvidas pela Casa, destinados a diferentes públicos e articulados com diferentes instituições.

6.3.6. Programa de pesquisa: aquele que contempla o processamento e a disseminação de informações, destacando as linhas de pesquisa institucional e de projetos voltados para estudos de público, de patrimônio cultural, de museologia, de história institucional e de outros.

6.3.7. Programa arquitetônico: aquele que trata da identificação, da conservação e da adequação dos espaços livres e construídos, bem como das áreas de entorno da instituição, contendo descrição dos espaços e instalações, além de informar sobre os aspectos de acessibilidade, conforto ambiental, circulação, identidade visual e possibilidades de expansão. Este programa será fundamentado pelo Projeto de Restauração Arquitetônica.

6.3.8. Programa de segurança: aquele que trata de todos os aspectos relacionados à segurança da edificação, do acervo e dos públicos interno e externo, incluindo além de

sistemas, equipamentos e instalações, a definição de rotinas de segurança e estratégias de emergência.

6.3.9. Programa de Financiamento e Fomento: aquele que trata do planejamento de estratégias voltadas para captação, aplicação e gerenciamento dos recursos econômicos oriundos de diversas fontes.

6.3.10. Programa de Difusão e Divulgação: aquele que trata da divulgação e popularização dos projetos e atividades da instituição, além da disseminação, difusão e consolidação da imagem institucional nos âmbitos local, regional, nacional e internacional; podendo ser dividido em diferentes subprogramas, tais como: editorial, de intercâmbio institucional, de comunicação social, de comunicação visual e outros.

O Projeto de Restauração e o Plano Museológico, podem ser realizados concomitantemente.

8 – Análise dos Resultados:

No decorrer do projeto pretendemos realizar reuniões periódicas com o grupo de pesquisa/trabalho para que possamos discutir os resultados parciais. Tais reuniões terão por objetivo manter o grupo atualizado sobre todos os dados gerados. Com o intuito de aprofundar nossas reflexões organizaremos um seminário com pesquisadores que trabalhem com questões relacionadas ao nosso tema. Neste seminário apresentaremos os dados e informações de nossas análises e discutiremos, com os pesquisadores convidados, o desdobramento das ações futuras. Pretendemos ainda publicar os resultados da pesquisa em periódicos e anais de eventos que estejam relacionados com nossas áreas de interesse.

9 – Cronograma Físico-financeiro de Execução:

CRONOGRAMA FÍSICO- PROJETOS DE RESTAURAÇÃO						
1	Projeto de Restauração	R\$ 36.513,84	mês 1	mês 2	mês 3	mês 4
1.1		Atualização planta cadastral (desenhos técnicos de planta de situação, planta baixa, planta de cobertura, cortes e fachadas)				
1.2		Diagnóstico do estado de conservação				
1.3		Mapeamento de danos (indicação em plantas, cortes e fachadas)				
1.4		Projeto de recomendações técnicas (desenhos técnicos de planta de situação, planta baixa, planta de cobertura, cortes e fachadas)				
1.5		Compatibilização				
2	Projetos complementares	R\$ 65.576,85				
2.1		Projeto executivo de instalações elétricas				
2.2		Projeto executivo de instalações hidrosanitárias				
2.3		Projeto de paisagismo				
2.4		Projeto SPDA				
2.5		Projeto detecção e combate a incêndio				
2.6		Projeto de CFTV				
2.7		Projeto de telefonia/dados/lógica				
2.8		Climatização				
2.9		Projeto estrutural				
3	Plano Museológico	R\$ 46.500,00				
3.1		Programa institucional				
3.2		Programa de gestão de pessoas				
3.3		Programa de acervos				
3.4		Programa de exposições				
3.5		Programa educativo				
3.6		Programa pesquisa				
3.7		Programa arquitetônico				
3.8		Programa de segurança				
3.9		Programa de financiamento e fomento				
3.10		Programa de difusão e divulgação				
4	Valor Total	R\$ 148.589,84				

10 - Equipe diretiva do Projeto:

Sérgio Lucena Mendes (Coordenador, D.Sc., INMA/MCTIC)

Marcio Ferreira Rangel (Pesquisador, D. Sc., MAST/MCTIC)

Alyne dos Santos Gonçalves (Bolsista PCI – INMA/MCTIC)

11 – Disponibilidade de infra-estrutura e de apoio para o desenvolvimento do projeto:

Por ser um Instituto de Pesquisa, o Instituto Nacional da Mata Atlântica disponibiliza para todos os seus pesquisadores uma infra-estrutura mínima adequada para o desenvolvimento do projeto. Além de possuir uma importante biblioteca em suas áreas de atuação que constantemente atualiza seus títulos de acordo com nossas necessidades, ainda contamos com o suporte da Divisão de Ciências e da Divisão de Planejamento e Gestão. Deve-se ainda destacar a experiência dos membros da equipe do projeto no tema de desenvolvimento e as parcerias que construímos com outras instituições.

12 – Convênios:

- Convênio com o Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST para suporte/consultoria nos temas relacionados a musealização da Casa Augusto Ruschi, organização e conservação dos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos.

13 – Referências Bibliográficas:

CARVALHO, Ana Cristina. Museus-casas históricas no Brasil. São Paulo: Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo, 2013.

GONÇALVES, Alyne dos Santos. A militância conservacionista de Augusto Ruschi: práticas científicas e estratégias políticas na construção da biologia e da conservação da natureza no Brasil (1937-1986). Vitória, 2018, 320 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

PAVONI, Rosana. O projeto de classificação dos museus-casa. A conclusão da primeira fase e resultados. MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia, n.5, 2011. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

PINA CABRAL, João. O Homem na Família. Cinco Ensaios de Antropologia. Universidade de Lisboa, 2003.

RANGEL, Aparecida Marina de Souza. ^[1]_{SEP} Museu Casa de Rui Barbosa: entre o público e o privado. 2015. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11997/641>>.

RANGEL, Marcio Ferreira Rangel. Plano Museológico. Apostila utilizada na disciplina Museologia IV. Escola de Museologia da UNIRIO. Rio de Janeiro, 2015.

RIBEIRO, Rodrigo Alves. Moradas da memória: uma história social da Casa-Museu de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEMU, 2008.